



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL –
DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS**

**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E O
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NAS ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE
ENSINO DE SANTA MARIA-RS**

ARTIGO MONOGRÁFICO DE ESPECIALIZAÇÃO

Maritê Medianeira Moro Neocatto

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA MARIA-RS

por

Maritê Medianeira Moro Neocatto

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Claudia Siluk

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Educação Especial -
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Artigo Monográfico de Especialização

**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E O ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DO SISTEMA
MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA MARIA-RS**

elaborado por
Maritê Medianeira Moro Neocatto

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial

COMISSÃO EXAMINADORA:

Ana Claudia Siluk, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Clarissa Oliveira, Esp. (UFSM)

Santa Maria, 24 de novembro de 2010.

***Ora, se a escola comum tem como compromisso
difundir o saber universal,
certamente terá de saber lidar com o que há
de particular na construção desse
conhecimento para alcançar o seu objetivo.***

(BATISTA; MANTOAN, 2006)

RESUMO

Artigo Monográfico de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial –
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA MARIA-RS

AUTORA: MARITÊ MEDIANEIRA MORO NEOCATTO

ORIENTADORA: ANA CLAUDIA SILUK

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 24 de novembro de 2010.

Nos últimos anos a Educação Especial vem passando por um movimento de transição, abandonando a abordagem integrativa e adotando a abordagem inclusiva. Buscando inserir no ambiente escolar e melhorar o desempenho de alunos com necessidades especiais o Governo Federal brasileiro criou o programa de instalação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas públicas de ensino fundamental, que estão equipadas com equipamentos de multimídia, como computadores, aparelhos de DVD, TV, vídeos entre outros. Nessas salas, os alunos com necessidades especiais são atendidos em turno inverso por professores especializados na área, buscando a inclusão ampla dos alunos que necessitarem. Na busca por informações sobre como essas salas são utilizadas e como é a formação dos professores que nelas atuam, nas escolas públicas municipais de Santa Maria-RS, realizou-se a presente pesquisa de característica bibliográfica e de campo, na qual foi utilizado como instrumento de pesquisa, questionário com perguntas fechadas. O resultado da pesquisa apontou que os professores têm formação adequada à função que exercem, com graduação e especialização em educação especial, alguns ainda estão em fase de conclusão de cursos de especialização.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Salas de Recursos Multifuncionais.

ABSTRACT

Article Monographic Specialization
Course of Specialization in Special Education -
Cognitive Deficit and Education of Deaf
Federal university of Santa Maria, RS, Brazil

ROOMS OF MULTIFUNCTIONAL RESOURCES AND THE SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE IN THE SCHOOLS OF THE MUNICIPAL SYSTEM OF TEACHING OF SANTA MARIA-RS

AUTHOR: MARITÉ MEDIANEIRA MORO NEOCATTO

ADVISOR: ANA CLAUDIA SILUK

Date and Place of Defense: Santa Maria, 24 de novembro de 2010.

In the last years the special education is going by a transition movement, abandoning the approach integrative and adopting the inclusive approach. Looking for to insert in the school atmosphere and to improve the students' acting with special needs the government federal Brazilian created the program of installation of rooms of multifunctional resources in the schools you publish of fundamental teaching, that they are equipped with multimedia equipments, as computers, apparels of DVD, TV, videos among others. In those rooms, the students with special needs are assisted in inverse shift by specialized teachers in the area, looking for the students' wide inclusion that need. To look for information on as those bags they are used and as it is the responsible teachers' formation for those rooms in the schools you publish municipal of Saint Maria-RS, took place to present researches of bibliographical characteristic and of field, in the which a research instrument was used with closed questions. The result of the research pointed that the teachers have appropriate formation to the function that exercise, with graduation and specialization in special education, some are still in phase of conclusion of specialization courses.

Key-words: Special Education. Inclusion. Rooms of Multifunctional Resources.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	9
2.1 Necessidades educacionais especiais	9
2.2 Inclusão escolar	12
3 PERCURSO METODOLÓGICO	15
3.1 Sujeitos da pesquisa	15
3.2 Instrumentos da pesquisa	15
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	23
APÊNDICE	24
A – Instrumento de Pesquisa – Questionário para o professor da Sala de Recursos Multifuncionais	25

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial, segundo a Lei nº. 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com necessidades educacionais especiais.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Sabe-se que esse processo de transição não é fácil, pois envolve uma reestruturação educacional. As pessoas com necessidades educacionais especiais têm assegurado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o direito à educação (escolarização) realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado, preferencialmente, em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado.

Para os alunos com deficiências e condutas típicas não basta garantir vagas, através da força da lei. É necessário assegurar o acesso, a permanência, o percurso e o sucesso no processo de escolarização, propiciando a todos um ensino de qualidade. O papel do atendimento educacional especializado é o de oferecer o que não é próprio dos currículos da base nacional comum, possuindo outros objetivos, metas e procedimentos educacionais, destacando-se que as suas ações são definidas conforme o tipo de deficiência ou condutas típicas que se propõe a atender, bem como, deve contemplar as necessidades educacionais especiais de cada aluno.

O atendimento especializado deverá ser realizado em horário paralelo ao horário das classes comuns. Uma mesma sala de recursos, conforme cronograma e horários pode atender alunos com, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais.

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais tem como objetivo apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do

atendimento educacional especializado e contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino. As Salas de Recursos Multifuncionais das escolas estão equipadas com computadores, aparelhos de DVD, TV, vídeos, scanner, impressora, entre outros materiais. Os recursos são oriundos do Ministério da Educação (MEC).

Trazendo essa realidade para o contexto de Santa Maria, RS, município onde atua a pesquisadora deste estudo, muitos questionamentos motivaram-na para desenvolver essa pesquisa, como quantas escolas do município têm Sala de Recursos, como atuam os professores nesse espaço, qual sua formação, qual o perfil dos alunos em termos de deficiências, entre tantas outras questões.

Vale a pena ressaltar que Santa Maria é também um importante pólo educacional. Mais de trinta mil estudantes vivem aqui, sendo a UFSM a maior universidade Federal do interior do estado. Desde 2003, o Município de Santa Maria tornou-se Pólo do Programa de Educação Inclusiva Direito à Diversidade SEESP/MEC, que entre várias ações prioriza a formação de professores sobre Educação inclusiva.

Para atuar na área da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino, os professores prestam concurso público para ingresso no quadro de servidores, tendo necessariamente, curso de graduação em Educação Especial. Os professores que atuam nas SRM participam de formações continuadas promovidas pela SMEd, por meio do Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.

Desse modo, o presente trabalho tem por finalidade analisar como está sendo realizado o atendimento educacional especializado nas Salas de Recursos, no sistema municipal de ensino de Santa Maria. Como objetivos específicos, pretende-se investigar sobre as necessidades educacionais especiais e sua relação com a inclusão escolar e como é estruturada a Sala de recursos multifuncionais e como é realizado o atendimento educacional especializado.

Pelo exposto e por acreditar que o resultado deste trabalho poderá contribuir para minimizar as dificuldades e a discriminação enfrentada pelos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, justifica-se este trabalho investigativo, que está estruturado em três capítulos, sendo o primeiro o referencial teórico, metodologia e os resultados da pesquisa.

2 INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

2.1 Necessidades educacionais especiais

A expressão Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, à dificuldade de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s).

Sobre o termo necessidades especiais os Parâmetros Curriculares destacam que (BRASIL, 1998, p. 23):

Surgiu para evitar os efeitos negativos de expressões utilizadas no contexto educacional – deficientes, excepcionais, subnormais, superdotados, infradotados, incapacitados etc. É uma forma de reconhecer que muitos alunos sejam ou não portadores de deficiência ou de superdotação, apresentam necessidades educacionais que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas.

Alves et al. (2006, p. 7), esclarecem que o Governo Federal, através do Ministério da Educação implantou uma política de inclusão com a reestruturação do sistema educacional, objetivando fazer da escola um “espaço democrático que acolha e garanta a permanência de todos os alunos, sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência e características pessoais”.

Destaca-se que mesmo que as necessidades especiais que se manifestam sejam de natureza ampla, a atual Política Nacional de Educação Especial (PNEE) apresenta uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem dele necessitar. O aluno portador de necessidades especiais é caracterizado pela PNEE como aquele que “[...] por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas”.

Pessoas com NEEs apresentam, normalmente, impedimentos de longo prazo,

de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem restringir sua participação efetiva na escola e na sociedade. A classificação desses alunos, para efeito de prioridade no atendimento educacional especializado (preferencialmente na rede regular de ensino), consta da referida Política e dá ênfase a: portadores de deficiência mental (atualmente o termo é deficiência intelectual), visual, auditiva, física e múltipla; portadores de condutas típicas (problemas de conduta); e portadores de altas habilidades.

Considerando-se o que faculta a Constituição Federal/88, a LDB n.º 9.394/96 e a Resolução CNE/CEB n.º 02, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001), que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o atendimento educacional especializado constituiu-se em estratégia pedagógica da escola para oferecer respostas às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo o seu acesso ao currículo.

De acordo com o artigo 5º da referida Resolução, são considerados educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, “apresentarem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares” (BRASIL, 2001). As necessidades conforme essas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial são compreendidas em dois grupos, ou seja: as que não estão vinculadas a uma causa orgânica específica e as relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências.

No item II e III dessa mesma resolução são definidas como necessidades especiais as situações de dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (BRASIL, 2001).

A Resolução CNE/CEB n.º 02, ainda estabelece que para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola com o devido assessoramento técnico, deverá realizar, a avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem. Para essa avaliação, a escola deve contar com (BRASIL, 2001):

- I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;
- II - o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;
- III – a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário.

O encaminhamento de alunos ao atendimento educacional especializado compete à equipe pedagógica da escola onde o aluno está matriculado e deve estar fundamentado no Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) do aluno. Destaca-se que o fato do aluno ter uma deficiência ou conduta típica não é condição primordial para que ele seja encaminhado ao atendimento educacional. É ainda importante lembrar que o encaminhamento a esses atendimentos deve contar com a concordância dos pais ou responsáveis e/ou do próprio aluno.

Os alunos com NEEs apresentam, normalmente, impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem restringir sua participação efetiva na escola e na sociedade, que muitas vezes por inaptações do ambiente físico, ficam ainda mais longe das instituições educacionais.

Sobre esse aspecto, o artigo 12 da Resolução CNE/CEB n.º 02 estabelece que devam ser asseguradas a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.

Em seus parágrafos a Resolução CNE/CEB n.º 02 estabelece (BRASIL, 2001):

§ 1º Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infra-estrutura definidos.

§ 2º Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequadas, ouvidos os profissionais especializados em cada caso.

Nesse ambiente adequado, a avaliação do atendimento educacional especializado deve ser contínua. A terminalidade desse atendimento deve ocorrer, independentemente, do desempenho escolar dos alunos na escola comum, porque o que se pretende com o apoio ou a complementação é que os alunos encontrem respostas às suas necessidades educacionais especiais. Nesse sentido, o projeto pedagógico da escola em que o aluno está matriculado deverá atender ao princípio da flexibilidade para que o acesso ao currículo seja adequado às condições do aluno, favorecendo seu percurso e processo escolar.

Sendo assim, o Atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com necessidades educacionais especiais. Este atendimento pode ser realizado em uma Sala de Recursos Multifuncionais, ou seja, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação adequada ao atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

2.2 Inclusão escolar

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, os dois conceitos que permeiam o cotidiano escolar referem-se à integração e à inclusão: o primeiro compreende o sentido de incorporação gradativa em escolas regulares, podendo o aluno permanecer parte do tempo em escolas ou classes especiais e sala de recursos (BRASIL, 2000).

O segundo, da inclusão, é definido por um sistema educacional modificado, organizado e estruturado para atender as necessidades específicas, interesses e habilidades de cada aluno. Essa última abordagem requer uma prática pedagógica dinâmica, com currículo que contemple a criança em desenvolvimento, os aspectos de ação mediadora nas inter-relações entre a criança, professores e seus familiares, atendendo às suas especificidades no contexto de convivência (BRASIL, 2000).

De acordo com o documento que se originou da Declaração de Salamanca, realizada na Espanha, 7-10 de junho de 1994:

Experiências em vários países demonstram que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é melhor alcançada dentro de escolas inclusivas, que servem a todas as crianças dentro da comunidade. É dentro deste contexto que aqueles com necessidades educacionais especiais podem atingir o máximo progresso educacional e integração social.

Deste modo, a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Ainda de acordo com a Declaração de Salamanca (1994):

Ao mesmo tempo em que escolas inclusivas provêem um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários. A reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Para que a escola possa propiciar um ensino de qualidade são necessárias a adoção de práticas criativas na sala de aula, a atitude pessoal de acolhimento dos alunos pelo professor, a criatividade do corpo docente para lidar com situações

novas, a transformação da escola num ambiente positivo, cooperativo e solidário, a elaboração de um projeto pedagógico que considere a diversidade do alunado, a mudança de postura e a construção de uma nova prática educacional que coloca a aprendizagem como uma questão pontual na escola.

De acordo com o que está destacado, no capítulo da Educação Especial do Plano Nacional de Educação (2001), o "grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garantisse o atendimento à diversidade humana". Esse processo de inclusão educacional exige mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo e o rompimento com atitudes discriminatórias que têm impedido o acesso de determinados alunos às classes comuns do Ensino Regular.

Nesse sentido, o projeto do MEC de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas municipais e estaduais tem como propósito apoiar os sistemas de ensino na oferta do atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao processo de escolarização, conforme previsto no inciso V do artigo 8º da Resolução CNE/CEB nº. 2/20 01.

Sendo assim, a iniciativa de implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de ensino regular responde aos objetivos de uma prática educacional inclusiva que organiza serviços para o atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e promove atividades para desenvolver o potencial de todos os alunos, a sua participação e aprendizagem. Essa ação possibilita o apoio aos educadores no exercício da função docente, a partir da compreensão de atuação multidisciplinar e do trabalho colaborativo realizado entre professores das classes comuns e das salas de recursos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva de cunho qualitativo, exigindo do pesquisador que conheça profundamente a realidade que está estudando e, apoiado teoricamente conduza a ação, sendo que esta não se prende a conceitos fechados, permitindo flexibilidade na formulação e reformulação das hipóteses no desenvolver do trabalho levando-o ao desprendimento dos pré-conceitos já elaborados.

Conforme Ludke e André (1996, p.13):

A pesquisa qualitativa [...] envolve obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

3.1 Sujeitos da pesquisa

Para a realização da presente pesquisa, foram escolhidas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria que receberam a Sala de Recursos Multifuncionais oriundas do MEC.

Segundo dados informados, pela Secretaria de Município da Educação de Santa Maria, a Rede Municipal de Ensino possui 56 escolas de Ensino Fundamental, sendo que dessas, 16 possuem Sala de Recursos Multifuncionais. Desse modo, os sujeitos de pesquisa são os professores responsáveis por estas salas.

3.2 Instrumentos de pesquisa

As informações foram coletadas através da aplicação de um questionário (Apêndice A) no qual, as professoras responsáveis pela sala de recursos das escolas pesquisadas foram convidadas a descrever como se desenvolve o

atendimento aos alunos na Sala de Recursos Multifuncionais. Foram entregues 16 questionários, um para cada professora de cada escola. Dos 16 questionários entregues, obteve-se 11 respondidos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Buscando-se informações que pudessem complementar o conhecimento teórico adquirido, sobre as salas de recursos multifuncionais, realizou-se a pesquisa que obteve informações sobre as salas implantadas nas escolas publicas municipais da cidade de Santa Maria.

O instrumento de pesquisa que teve 19 questões buscou primeiramente um breve perfil dos 11 professores que participaram da pesquisa.

As questões de números 1 e 2, foram referentes à formação profissional. Perguntou-se aos professores se estes tinham formação específica para atuar na sala de recursos. As respostas apontaram que nove dos entrevistados têm a formação exigida, um não tem e um está em formação.

A segunda questão buscou informação sobre se os professores têm graduação em Educação Especial, sendo que as respostas apontaram que todos têm formação específica.

Essas questões se tornam relevantes no momento em que é fundamental a formação adequada para a que a inclusão seja possível. Assim, de acordo com Alves et al. (2006, p. 9):

No paradigma da educação inclusiva, resultante do conceito de sociedade também inclusiva, os sistemas e instituições sociais são adaptados às necessidades de todas as pessoas e não o contrário, quando os indivíduos estão sujeitos a se adaptarem às exigências do sistema.

Nesse processo, a formação dos professores é fundamental para que a aprendizagem esteja centrada no potencial de cada aluno, de forma que as necessidades especiais não sejam classificadas de maneira inadequada como falta de competência para aprender e nem causa para que os alunos desistam da escolarização.

Sobre a formação continuada em educação especial foi perguntado aos professores se tinham especialização na área e as respostas apontaram que seis dos pesquisados têm Especialização em Educação Especial, e cinco não têm. Os seis que possuem especialização têm em alguma área específica.

Quanto à formação em atendimento educacional especializado, nove dos

pesquisados afirmaram que realizaram curso de formação e dois afirmaram que não. Em relação a outras formações, dois dos professores estão cursando mestrado em Educação, seis cursam especialização em Psicopedagogia, um em Orientação Educacional e um em Gestão educacional.

A questão sobre o que os professores entendem ser necessário para atuar nas salas de recursos, as respostas apontaram para o seguinte: oito responderam que ter formação específica para atuar no atendimento educacional especializado (AEE) e três entendem ser necessário que o professor faça atualizações e troca de experiências, com outros professores que atuam nas salas de recursos.

As questões seguintes referem-se a como se desenvolve o atendimento aos alunos na sala de recursos.

A questão de número 11 buscou saber o período em que os alunos freqüentam a sala de recursos na escola pesquisada, 6 professores atendem em período oposto; cinco, as vezes, no mesmo período da aula e outras vezes no oposto.

A questão 12 refere-se à atividade que, segundo os professores, depende maior tempo no atendimento: para 10 professores, o atendimento ao aluno com necessidades especiais é o que mais ocupa seu tempo; para um professor é o planejamento do AEE.

Na questão de número 13, os professores apresentaram o perfil dos alunos que são atendidos nas salas de recursos das suas escolas:

- 57 alunos com deficiência mental/intelectual
- 10 alunos com baixa visão
- 04 alunos cegos
- 03 com surdez
- 08 com deficiência física
- 08 com deficiência múltipla
- 01 com surdo/cegueira
- 07 com transtorno global do desenvolvimento

Essa questão apresenta a realidade da clientela na maioria das escolas com atendimento a alunos com necessidades especiais, que é o aluno com algum tipo de deficiência, sendo em sua grande maioria a deficiência mental/intelectual. Nesse sentido, o que se percebe é que essas instituições educacionais devem estar alinhadas, adaptadas e devidamente preparadas para o atendimento a esses alunos

em especial.

Para a desconstrução da exclusão é necessário rever a prática, de maneira a torná-la verdadeiramente inclusiva e ao mesmo tempo dinâmica, de forma que nela caibam todas as diversidades. Nesse sentido, Batista e Mantoan (2006, p. 26) explicam:

Modificar essa prática é uma verdadeira revolução, que implica em inovações na forma de o professor e o aluno avaliarem o processo de ensino e de aprendizagem. Ela desmonta de uma só vez o caráter homogeneizador da aprendizagem e eliminam todas as demais características excludentes das escolas comuns que adotam propostas pedagógicas conservadoras. A prática escolar inclusiva provoca necessariamente a cooperação entre todos os alunos e o reconhecimento de que ensinar uma turma é, na verdade, trabalhar com um grande grupo e com todas as possibilidades de se subdividi-lo.

Destaca-se nesse contexto, que o que refere o Plano Nacional de Educação, 2001, no capítulo da Educação Especial, que "o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garantisse o atendimento à diversidade humana".

Na questão 14, foi perguntado quem encaminha os alunos para o atendimento nas salas especiais: quatro respostas afirmaram que os alunos são encaminhados pelo professor da sala comum; dois responderam que é o gestor; sete, responderam coordenador ou orientador pedagógico; foi acrescentado também que a Central de Vagas do município, eventualmente faz esse encaminhamento.

Aos professores foi perguntado se na sua concepção o trabalho desenvolvido na sala de recursos está contribuindo para a socialização do aluno. A resposta de todos os professores foi afirmativa. E, quando questionados se o trabalho na sala de recursos está contribuindo para o desenvolvimento do potencial cognitivo, 10 dos pesquisados responderam que sim e um afirmou que está contribuindo parcialmente; se está contribuindo para a melhoria do processo ensino aprendizagem, 10 afirmam que sim e um parcialmente. O professor que respondeu parcialmente não justificou sua resposta.

Na questão sobre se o trabalho na sala de recursos é realizado em parceria com a professora da sala de aula, 10 dos pesquisados responderam que sim e, apenas um respondeu parcialmente.

A questão sobre a frequência com que os alunos utilizam a sala, em oito das

escolas os alunos freqüentam a sala de recursos duas vezes na semana e, em três escolas, alguns alunos freqüentam a sala mais vezes na semana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala em inclusão, percebem-se inúmeros desafios, às vezes quase insuperáveis, pelo motivo da falta de informação, de uma sensível desconsideração em relação ao assunto e até mesmo da não-aceitação do diferente no convívio social.

Assim, é necessário preparar-se para o advento de uma sociedade onde a diversidade se estabeleça e a inclusão social realmente se instaure. É preciso encarar o desafio do acesso à educação das pessoas com necessidades especiais nesse contexto mais amplo.

Diante dos desafios propostos pela inclusão, a sociedade de uma maneira geral foi levada a se adaptar para que as pessoas com necessidades especiais pudessem transitar livremente pelos diversos cenários da sociedade sem que se sentissem tolhidas, discriminadas e impedidas de acessar aos seus direitos de educação, trabalho e afeto. Nesse sentido, foram criados recursos que pudessem proporcionar esse acesso, como é o caso das salas de recursos multifuncionais, concebidas pelo governo Federal.

A organização da sala de recursos multifuncionais parte da concepção de que a escolarização de todos os alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais, realiza-se em classes comuns do Ensino Regular, quando se reconhece que cada um aprende e se desenvolve de maneira diferente e que o atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização pode ser desenvolvido em outro espaço escolar.

O objetivo do atendimento educacional especializado é proporcionar condições para que o aluno com necessidades especiais possa ser atendido nas suas necessidades, sendo capaz de construir a sua inteligência, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, tornando-se um cidadão pleno em suas potencialidades.

Das 19 questões respondidas pelos 11 professores participantes da pesquisa, pode-se considerar que nove dos entrevistados têm a formação específica exigida, para atuação na Educação Especial e atendimento educacional especializado. Os pesquisados entendem serem necessárias para atuar nas salas de recursos, ter

formação específica, atualizações e troca de experiências, com professores que atuam nas salas de recursos.

Sobre como se desenvolve o atendimento aos alunos na sala de recursos, foi informado que o atendimento é realizado principalmente no período oposto; cinco, as vezes, no mesmo período da aula e outras vezes no oposto. Os alunos atendidos em sua maioria são portadores de deficiência mental/intelectual e baixa visão, os demais apresentam cegueira, surdez, algum tipo de deficiência física, ou deficiências múltiplas. Confirma-se que a maioria dos alunos atendidos em escolas especiais é portador de deficiência intelectual.

As questões propostas pela pesquisa ofereceram informações de onde é possível se visualizar um breve perfil dos professores e dos alunos que são os atores no cenário da educação especial. Destaca-se que essa clientela enfrenta dificuldades, mas que diante do preparo que os professores vem buscando, as relações tendem a melhorar e a qualidade de ensino ofertada ser cada vez mais eficiente e proveitosa para os alunos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira et al. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. 2. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 maio 2010.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

_____. **Resolução CNE/CEB n. 02/2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201>>. Acesso em: 01 maio 2010.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**. Ministério da Educação – Brasília: MEC, 2000.

DECLARAÇÃO de Salamanca. **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais**. Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 1994.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1996.

APÊNDICE

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Questionário para o professor da Sala de Recursos Multifuncionais

Nome da Escola: _____

Endereço: _____

Professora responsável: _____

1. Recebeu formação específica para atuar na sala? () Sim () Não

2. Possui graduação em Educação Especial? () Sim () Não

3. Possui Graduação em Pedagogia? () Sim () Não

4. Possui Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Especial
() Sim () Não

5. Outra graduação. Especifique:

6. Possui Especialização em Educação Especial? () Sim () Não

7. Possui Especialização em área específica da Educação Especial.
() Sim () Não

Especifique: _____

8. Possui Formação em atendimento educacional especializado. () Sim () Não
Especifique: _____

9. Outra formação não elencada aqui? () Sim () Não
Especifique: _____

10. Que tipo de formação você considera necessária para a atuação nas salas de recursos multifuncionais?

11. Em que período os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais?

Assinale apenas uma alternativa:

() Sempre no período oposto ao da escola.

() Sempre no mesmo período em que frequentam a escola.

() As vezes no mesmo período da sala de aula, as vezes no período oposto.

12. Em que atividade do Atendimento Educacional Especializado (AEE) você despende mais tempo: Assinale uma alternativa:

- atendimento ao aluno.
- na produção de materiais.
- articulação com o professor da sala de aula.
- planejamento de AEE.
- atendimento às famílias.

13. Quais os perfis dos alunos atendidos por você na sala de recursos multifuncionais? Assinale uma ou mais alternativas:

- Aluno com deficiência mental/intelectual. Quantos? _____
- Aluno com baixa visão. Quantos? _____
- Aluno cego. Quantos? _____
- Aluno com deficiência auditiva. Quantos? _____
- Aluno com surdez. Quantos? _____
- Aluno com deficiência física. Quantos? _____
- Aluno com deficiência múltipla. Quantos? _____
- Aluno com surdo/cegueira. Quantos? _____
- Aluno com transtorno global do desenvolvimento. Quantos? _____
- Outros/Quais e quantos?

14. Quem encaminha o aluno à sala de recursos multifuncionais? Assinale uma ou mais alternativas:

- Professor da sala comum
- Diretor da escola
- Gestor da Educação Especial
- Coordenador ou Orientador Pedagógico da escola
- Outros. Especifique: _____

15. O trabalho na Sala de Recursos está contribuindo para a socialização do aluno que apresenta necessidades educacionais especiais

- sim Não Parcialmente

16. O trabalho na sala de recursos está contribuindo para o desenvolvimento do potencial cognitivo do aluno que apresenta necessidades educacionais especiais?

sim Não Parcialmente

17. O trabalho na sala de recursos está contribuindo para o processo Ensino aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais?

sim Não Parcialmente

18. O trabalho na sala de recursos é realizado em parceria com a professora da sala de aula? sim Não Parcialmente

19. Qual a frequência durante a semana, que os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais utilizam a sala de recursos?

Uma vez na semana

Duas vezes na semana

outra Especifique_____